A REVOLUÇÃO PACÍFICA: A UNIFICAÇÃO DO ESTADO ALEMÃO

Paulo Elpídio de Menezes Neto

A Questão Alemã: antecedentes históricos; A utopia da unificação, de Bismarck a Kohl, Liberdade e Unificação. A construção do **IV Reich** em uma Europa unificada.

."Na política, as verdadeiras decisões têm duas origens: ou a força, ou a razão, aquela que inspira os móveis fundamentais, comuns à condição humana".

Karl Jaspers, "Liberté e Reunification", Critérion, Paris, 1990

Tornar-se-á a Europa alemã? Teremos uma Europa germanizada ou uma Alemanha europeizada? Por que pretendem os alemães a unificação da Alemanha em um único Estado? A unificação germânica deveria ser permitida? Estaremos assistindo ao renascimento do nacionalismo alemão, belicoso e consquistador, acalentado pelos ideais de um pan-germanismo que mergulha as suas raízes profundas na história e na cultura de um povo? Defrontar-nos-emos no futuro com uma Alemanha aguerrida, economicamente forte e dominadora, pronta a reclamar, como no passado, os seus direitos de expansão, segundo as necessidades hegemônicas de um "espaço vital"? Quais as repercussões políticas e econômicas de um IV Reich plantado no centro da Europa, feito potência industrial e tecnológica de primeira classe, tendo ao Leste as ruínas de um império que busca sobreviver aos paradoxos

do "centralismo democrático", uma vez utopia e modelo da felicidade dos povos, e a Oeste, antigas rivalidades nacionais e a sobrevivência de tradições envelhecidas que alongam os caminhos que levam a uma "Comunidade Européia"?

Para que se possa compreender a imagem que fazemos, hoje, da Alemanha, e tenhamos em toda a sua amplitude o significado real do que se convencionou chamar eufemisticamente de a "questão alemã", dos mitos que cercam essa realidade cujos contornos se confundem com os destinos da própria Europa, faz-se necessário desmontar alguns estereótipos devidos às rotinas de pensamento dos quais se impregnou a literatura do século XIX.

Nem todas as imagens construídas da Alemanha e do seu povo correspondem a estereótipos, a essa forma particular de entendimento e explicação a qual, segundo Walter Lippmann, existe, apenas, na "cabeça dos emissores". Muitas das indagações formuladas acima refletem a inquietação legítima dos que trazem vivas na memória as recordações de duas guerras mundiais nas quais pereceram mais de 100 milhões de pessoas, direta ou indiretamente envolvidas no conflito. Algumas delas trazem, contudo, a marca visível do preconceito ou externam a representação de um mito persistente, o das duas Alemanhas. De um lado a Alemanha "real", de outro, a Alemanha "idealizada"; a Alemanha "romântica" de Mmme de Staël ou a Alemanha "corrompida pelo sucesso", de Barrès. Será possível desvencilharmo-nos dos preJulgados, de uma certa forma de castração ideológica ou do apego à rotina, que aprisionam o pensamento e frustram a análise objetiva dos fatos? A idéia de duas Alemanhas, viva no século XIX, entre pensadores e escritores franceses, como Victor Hugo e Hernest Renan, Gérard de Nerval e Michelet, foi retomada nos anos 30 por muitos alemães, dentre eles Brecht e Thomas Mann, que se propunham a fazer ouvida a voz da "outra Alemanha" em face à Alemanha nazista. Há, de fato, duas Alemanhas? Há uma Alemanha dos poetas, dos filósofos, dos músicos, uma Alemanha, pátria do pensamento e das manifestações estéticas, e uma Alemanha pragmática, dos homens que fazem a riqueza e as guerras? Quem pesa mais na balança da história e das grandes conquistas da raça humana? Kant, Hegel, Marx, Heidegger, Heine, Beethoven, Bach, Mozart ou Bismarck, Guilherme II, Von Braun e Hitler?

Às vésperas da unificação, tomada de surpresa ante o fato inesperado que nem o mais arguto dos observadores pode prever, a Europa, perplexa, revolvia velhos preconceitos, tirava do armário os fantasmas do passado e anunciava o renascimento do nacionalismo ale-

mão, pressentido entre as primeiras manifestações pela unidade da Alemanha, **"Wir sind Ein Volk", "Einig Vaterland",** somos um só povo, uma única pátria. Os vizinhos do Leste ressuscitaram, ao seu modo, a incômoda questão das fronteiras, tantas vezes alteradas à mesa das conferências, ao sabor da vontade das potências vencedoras. Enquanto os acontecimentos ganhavam velocidade, acelerando os passos da História pela voz do povo que impunha aos seus governantes o rompimento com uma ordem autoritária e a quebra dos dogmas que imobilizaram uma parte da nação alemã, ancorando-a em um centralismo autocrático e inibidor, enquanto isso armavam-se as resistências, contidas umas, exaltadas outras, favoráveis todas elas a um adiamento da fusão dos dois Estados. Masowiecki, primeiro ministro da Polônia pós-1989, aconselhava à União Soviética a manutenção da ocupação da Alemanha Oriental; Margareth Thatcher dispunha-se a não deixar sua parte como potência de ocupação, como medida indispensável contra a ressurgência do nacionalismo germânico. Lech Walesa, cuja vinculação com os movimentos autonomistas poloneses ninguém desconhece, não se conteve, e lançou este anátema severo, de remota identificação com os princípios que marcaram uma corajosa militância política: "Se os alemães desestabilizarem novamente a Europa, dizia Walesa, de um ou outro modo, não será mais o caso de redividir a Alemanha, mas de riscá-la do mapa, pura e simplesmente. O Leste e o Oeste dispõem da tecnologia suficentemente avançada para executar este veredito. Se a Alemanha recomeça não haverá outra solução". A declaração, publicada pelo semanário holandês "Elsevier", não foi desmentida. Teria Walesa esquecido quantos mortos judeus fizeram os nazistas no "ghetto" de Varsóvia, e quantos pereceram graças a aplicação de soluções de força, eficazes e definitivas, como as que veio a preconizar?

André Mauriac, construtor de frases, como todo francês cultivado que se preza, repetia com fina ironia que amava tanto a Alemanha que "não podia esconder a minha felicidade pelo fato de haver duas Alemanhas; melhor seria se fossem muitas". Como era bela essa Alemanha dividida em duas, por obra de uma fronteira inexpugnável de concreto, pesada e fria, erguida pelo império da força dessa potestade do mal que desejava escravizar o mundo – o comunismo internacional, marxista-leninista, ateu e inimigo das nossas mais acalentadas tradições ocidentais e cristãs... Quanta pena nos inspiravam os pobres alemães orientais, tão próximos de Stalin e tão distantes de Deus, submetidos à vontade férrea do partido e dos sovietes. E do lado de cá, a riqueza, o paraíso do consumo, o Ocidente cristão e capitalista,

carregado de virtudes e de serena consciência, sofrendo com aquela mutilação horrenda do Muro. Kennedy foi o intérprete perfeito dessa "consciência ultrajada" dos democratas, ante a fortaleza do Muro. **"Ich bin ein Berliner"**, diria ele. As nações, os homens de pensamento clamavam pela supressão daquele traço hediondo que se transformou em um símbolo dos valores democráticos e da liberdade, na exteriorização dos ideais ocidentais de riqueza e de bem-estar. E agora, que o Muro ruiu, que a violência totalitária desfez-se, tragada por uma revolução popular que impôs o rompimento com uma experiência imposta e mal sucedida? E agora, como fica a nossa consciência de democratas à procura de um símbolo, de uma estratégia bem arranjada de "marketing"?

"Os políticos e os intelectuais franceses, angustiados por verem desaparecer a confrontação Leste-Oeste que durante muito tempo ofereceu à França o papel privilegiado de falar em nome da Europa, deixam-se aprisionar por um estreito nacionalismo e por sua incapacidade de reconhecer a existência dos povos e dos seus movimentos sociais e nacionais". As palavras são de um francês, de um intelectual que identifica a vida intelectual da França com um certo fascínio pelo Estado; e por estar assim fascinada pelo Leviatã, "dá as costas à sociedade". Alain Touraine, evocando questões recentes e a marcha ineludível dos acontecimentos que se desenvolve na Alemanha, ironiza o discurso empolado dos que teorizam nos gabinetes e esquecem que a política como o pensamento devem observar as multidões na rua. "Os intelectuais, afirma Touraine, perguntam-se gravemente se a unificação alemã deve ser permitida, enquanto ela se "inventa" e se organiza todos os dias e a "corrida" para o Oeste vai-se tornando na mais forte e quase a única realidade da Europa atual". (Artigo publicado em 14.11.1989).

Como se processou no plano político e de que forma materializou-se juridicamente a unificação da Alemanha em um Estado Soberano? De que estamos falando, de fato? De unificação, de reunificação, de fusão, de anexação? Quais os fatores predominantes nesse processo? Como se articulam o fato político e a "lógica" jurídica na construção deste Estado, democrático e federativo por definição e determinação do seu povo?

Impõe-se o exame de duas figuras antinômicas que encerram, em essência, os aspectos políticos e históricos mais expressivos do processo em desenvolvimento – unificação ou reunificação. Sem pretender invadir o campo exclusivo das interpretações jurídicas, abordagem formalista que escapa ao escopo desta análise, algumas considerações devem, entretanto, ser feitas para melhor entendimento da questão. É necessário que fique claro que o novo Estado germânico não reconstitui as fronteiras anteriores ao Tratado de Potsdam e à Conferência de Yalta. Os limites que demarcam ao Leste o espaço do novo Estado alemão foram substancialmente alterados, com a amputação de vastos territórios, tais como a Silésia e a Pomerânia e a Prússia meridional, anexados à Polônia, em 1945, por forças das imposições de Stalin em Yalta. Por sua vez, o Tratado Germano-soviético, anterior ao início da segunda guerra mundial, não foi revisto, como concessão da Inglaterra, França e Estados Unidos à União Soviética. Ficaram, assim, inalteradas as fronteiras resultantes da "divisão" da Polônia, em favor da URSS. A Alemanha que passou a existir a partir do dia 3 de outubro de 1990, resulta da fusão de dois territórios que, reunidos, não correspondem aos limites territoriais da Alemanha anterior a 1945. Parece, assim, incorreto falar-se de "reunificação", uma vez que política e juridicamente não se reconstitui a situação anterior, mas, certamente, produz-se uma nova realidade que corresponde a um novo território. Admitir que se tenha dado uma "fusão" de dois Estados não seria uma impropriedade; a expressão, de reduzida amplitude, pois que substancialmente formalista, de inspiração jurídica, atende apenas a um aspecto particular do processo, negligenciando as circunstâncias e condicionantes políticas e históricas que dão dimensão e profundidade ao nascimento de um novo Estado soberano. Quanto a qualificar-se a "união" celebrada como "anexação", uma forma de "anschlüss", como ocorreu com a Áustria, ao ser incorporada ao III Reich, torna-se evidente a preocupação jurídica de discutir a questão à luz das regras e dos princípios de Direito, relegando a um plano secundário as forças decisivas que impulsionaram o processo, os movimentos sociais, alimentados pelos ideais de uma convivência em comum. Dizia Michelet que "cada nacionalismo, como cada nação, é único". Uma nação, para evocar uma definição clássica, é um território povoado politicamente, unificado em um Estado, por uma cultura e por uma língua. Um solo e um sangue, como diriam os alemães. Anexação não ocorreu, pois a manifestação da vontade do povo alemão oriental foi veiculada através dos seus representantes na **Volkskammer** e pelo primeiro governo eleito em pleito democrático, desde a criação da República Democráti-

ca da Alemanha. Poder-se-ia argumentar que não houve um plebiscito, como previra a Lei Fundamental da República Federal da Alemanha. Como ignorar as manifestações populares nas principais cidades da RDA, Dresden, Potsdam, Leipsig, Belim Oriental?... Seria válido aludir-se, ainda, a uma forma de "adesão" da RDA à RFA, por via do art. 23 da mencionada Lei Fundamental da RFA. A discussão seria pouco fecunda e nos envolveria nas malhas de uma exegese fluente, cheia de imaginação, porém magra no recheio de fatos e circunstâncias, de intenções e objetivos.

Quantas vezes mudaram os contornos do território da Alemanha? – Pouco mais de 70 anos terá durado, se tanto, a unidade política germânica, perseguida longamente e por fim proclamada em Versalhes, por obra da diplomacia guerreira de Bismarck. O Império alemão – I Reich – consolidou-se em 1871 com o fim das ações militares nas quais se apoiaram as obstinadas negociações que deram forma e realidade a uma das aspirações mais caras do pan-germanismo. Vencida a Áustria em 1866, a Prússia anexou os ducados de Hannover, Hesse, Frankfurt e Nassau; e com a vitória alcançada sobre a França teve celebrada a aliança com os estados alemães de Baden, Wurttemberg e da Baviera. Tudo iria terminar, entretanto, como registra a História recente, em Reims, em uma pequena escola pública com a assinatura da capitulação incondicional do III Reich. A derrota alemã em 1918, com a imposição de regras estritas fixadas pelo Tratado de Versalhes, tirou da Alemanha a Alsácia-Lorena, devolvida à França, levou a ocupação à Renância e separou a Prússia pelo que veio chamar-se de "corredor polonês". Submetida às exigências francesas, contempladas com o "placet" do Tratado de Versalhes, iniciou a Alemanha o pagamento das "reparações de guerra", desmobilizou os seus exércitos, experimentou o caos de um processo inflacionário que desorganizou as suas finanças e arruinou a sua economia. As tentativas de democratização, com a Constituição de Weimar, o brilho intelecutal de Frankfurt, o florescimento do pensamento, a partir dos velhos e robustos troncos da filosofia alemã, a Bashaus, a literatura, o cinema, o teatro – nada pode impedir a exaltação nacionalista em ascenção, animada pelas visões frustradas de uma grandeza perdida, a ser reconquistada. Sempre que posta em confrontação com seus inimigos, a Alemanha vê-se dominada pelo exacerbamento das suas utopias nacionalistas, armadas por um fé incontrolada na solidariedade do povo, na identidade de um mesmo sangue e de uma só etnia. Foi assim no século XVI, na Guerra dos 30 anos, quando se viu devastada pelas tropas da França; não foi diferente com as expedições de Louvois pelo Palatinado, tampouco

com a invasão napoleônica. O êxito da pregação nacional-socialista, iniciada na província, na Baviera conservadora e rica dos grandes proprietários rurais, fica muito a dever à intransigência francesa, ao Tratado de Versalhes e à imposição das suas cláusulas, quando a Alemanha se defrontava com a miséria, a fome e a penúria. Hitler é produto de nomerosos fatores concorrentes, de um estado de espírito que se mostrou suscetível a um discurso radical, cuja linguagem externava uma terapêutica aliciante pelos fins que se propunha alcançar.

Em 1938, a Alemanha anexou a Tchecoslováquia e em 1939 invadiu a Polônia, iniciando, assim, a II Guerra Mundial. Potsdam e Yalta foram os instrumentos da revisão do traçado das fronteiras da Europa Central. Atentemos para o balanço das novas divisões operadas pelas potências aliadas vitoriosas. Stalin, Truman e Attlee, reunidos em Potsdam, em agosto de 1945 definem a linha correspondente ao leito dos rios Oder-Neisse como marco fronteiriço entre a Polônia e a República Democrática Alemã (zona de ocupação soviética, à época). Ignoraram os celebrantes a anexação pela União Soviética de parte do território polonês, os países bálticos e a Bessarábia rumena. Enquanto a Polônia perdia 200 mil quilômetros quadrados para a URSS, a RDA, hoje reunida com a RFA, teve amputados do seu território 101 mil quilômetros quadrados para a Polônia e 13 mil para a URSS. Por obra desse Tratado, a URSS engordaria 313 mil quilômetros quadrados, a RDA emagreceria à custa de um regime imposto porém eficaz e a Polônia **deslizaria** no mapa, escorregando do Leste para o Oeste, numa operação digna de Moisés, na heróica travessia do Mar Vermelho. Decididamente, Stalin era um homem de talentos...

A nova Alemanha nasce, assim, reconhecendo a "linha Oder-Neisse" e prometendo nada reclamar no futuro, em nome de um reencontro aguardado e temido, dentro e fora das nações dos germânicos.

Que Alemanha é esta que se unifica, mais uma vez, tantas e tão freqüentes foram as alterações territoriais que lhe foram impostas, no curso de vários séculos? Para nos fixarmos em sua História recente, tomemos o ano de 1870 como ponto de partida de alguns ensaios de análise social, política e econômica, ainda que perfunctórios. Na década de 70 dos anos 1800, a Alemanha era uma pequena potência econômica. Os Estados Unidos e a Inglaterra ocupavam posição mais destacada sob muitos aspectos. No fim do século, a Alemanha ultrapassaria a França e a Inglaterra. Em 1914 ela era a segunda potência do mundo. Esse dinamismo apoiava-se em três elementos, característicos da nação germânica: demografia em crescimento, grandes riquezas em carvão e linita, e acentuado espírito de empreendimento. Em-.

bora reservando lugar próprio para a intervenção do Estado, a pesquisa científica e os princípios de organização da empresa foram, sempre, pontos de apoio das estratégias de produção nesse país. O desenvolvimento econômico e social da Alemanha apresenta um desempenho marcante na Europa. Em 1887, 42% da população vivem da agricultura e 35% da indústria. Duas décadas mais tarde, a proporção é inversa: 33% para a agricultura e 41% para a indústria. Em 1885, mais da metade da população alemã habita as cidades. Sabe-se que a França deverá esperar o ano de 1931 para que o mesmo fenômeno se produza. O desenvolvimento industrial alemão não sofreu descontinuidade em mais de três décadas, apesar das hesitações entre sistemas fundamentados nos princípios do protecionismo de Estado ou do liberalismo. As características do capitalismo alemão já eram visíveis a partir do fim do século passado. Espírito de empresa, a pesquisa da racionalização e a busca do lucro associam-se a uma forte confiança no progresso científico e técnico. Atribuindo à pesquisa uma importância essencial e mantendo relações confiantes com os centros universitários, a indústria alemã é produto acabado de uma aliança eficaz e bem sucedida. Embora as empresas já possuíssem seus próprios laboratórios de pesquisa, não hesitavam em financiar projetos nas Universidades técnicas, numerosas na Alemanha, tais como as de Berlim, de Aachen e Karlsrue. São estes valores e a confiança na livre empresa, com preocupação social visível que estão nas origens da criação do primeiro Estado alemão do pós-guerra, no ano de 1949, a República Federal da Alemanha.

A marcha acelerada para a unificação suscitou dentro e fora da Alemanha reações antagônicas, favoráveis ou contra o processo, partidárias da prudência ou exaltadas pela rapidez dos acontecimentos. Jamais provocou a indiferença. O silêncio conveniente, talvez. Dentre as reações mais vivas, perfilham-se as angústias despertadas pelo renascimento do nacionalismo alemão. Pequenos conflitos, fatos cotidianos que seriam mais bem tratados como **"fait divers"** da crônica policial, assumem os contornos provocantes de uma ressurgência de velhos ideais que se abrigam sob o manto de um pan-germanismo guerreiro e dominador. O nacionalismo é uma resultante nem sempre inteligente de dois vetores, o solo sagrado dos ancestrais e o sangue comum a uma raça, a um povo. O problema reside precisamente no fato de que nem sempre solo e sangue coincidem: é possível haver culturas nacionais fora dos limites territoriais de um Estado e outras culturas dentro de um mesmo espaço estatal. A Alemanha, nesse sentido apresenta um excesso de **sangue** em relação ao **solo**. Para muitos,

as ameaças do pan-germanismo pode vir a ser a 3ª fase da expansão alemã, iniciada em 1886 e 1936. A hipótese fundamenta-se em uma linguagem lógica de inspiração pascaliana, segunda a qual a conseqüência de uma ação, embora pouco provável de vir a ocorrer, se considerada grave, deve ser considerada como capaz de se realizar. Com fundamento nessa relação lógica, perfeitamente ajustável ao procedimento policial (a afirmação seria incontestável na boca do delegado Romeu Tuma), armam-se as angústias, os temores e os receios. Do nacionalismo recomposto passa-se às suas conseqüências, a guerra, essa valiosa estratégia graças a qual as nações levam suas fronteiras a passar pelo território de outras nações, à violência, aos campos de concentração, aos "pogrooms", à fatalidade da "solução final" e estabelece-se uma identidade indiscutível de um povo com a atrocidade, com a destruição, com a hecatombe, o fogo e a destruição. O "espaço vital", o **Lebensraum,** que guiou Hitler nos seus delírios de conquistador infunde grandes reservas aos vizinhos contíguos dos germânicos, persuadidos de que a aventura do III Reich poderá vir a repetir-se no futuro, intentada por uma nação mais rica e poderosa que a Alemanha dos anos 30.

O espaço vital, entendido como território necessário à expansão dos meios de produção de um país, perdeu significado em nossos dias. O **espaço vital** que as nações desenvolvidas almejam não é a expansão territorial, mas a geração e a transferência de novas tecnologias, a sofisticação das pesquisas básicas e a sua aplicação às necessidades tecnológicas em contínua ampliação. Quanto ao nacionalismo alimentado pelas razões que exaltam origens comuns de sangue e de solo, a sua sobrevivência torna-se cada dia mais difícil em um mundo cultural e economicamente integrado, que reage por estímulos recíprocos que caracterizam os laços profundos de relações de interdependência. Os atos de beligerância, as hostilidades com recurso à força militar, tendem a sobreviver entre os menos desenvolvidos, aqueles países que se fizeram presa de ideologias redentoras ou cumprem a vassalagem devida a algum espírito iluminado que faz do carisma o instrumento da sua pretendida legitimidade.

Nacionalismo à parte, reações outras se manifestaram internamente, nas quais se confundem expectativas, anseios e também conveniências. Na RDA, a dúvida e perplexidade ante as promessas do futuro e as decepções do passado levantaram hesitações compreensíveis em relação ao que se considera entre os orientais "conquistas sociais irreversíveis". Os ganhos, pouco significativos em um país que conhecera no passado a riqueza e elevados níveis de bem-estar, ter-

minaram por desaparecer diante do testemunho ocular dos primeiros alemães que puderam transpor a Porta de Brandenburgo e retornar, fascinados pelo brilho das vitrinas, pelos salários, pela qualidade da vida e até pelos desequilíbrios de uma economia de mercado bem sucedida, ainda assim desequilibrada, tendo que conviver com algumas disparidades persistentes. Do lado ocidental, o receio do desemprego, as incertezas de quem procura saber quem pagará a fatura da unificação, à vista dos mirabolantes empréstimos e dispêndios para a manutenção da economia da RDA em funcionamento e, deste modo, evitar o caos já vislumbrado. A inflação em um país que mantém taxas inferiores a 3% ao ano, é uma ameaça atemorizante. Enquanto os trabalhadores ocidentais resistem em aceitar a absorção de ondas sucessivas de migrantes orientais que vêm em busca de empregos e de alojamentos, os seus quem sabe? Os empresários exultam com a possibilidade que se abre de poderem dispor de mão-de-obra barata e sem mercado.

As reações externas decorrem dos ganhos de um período de paz entre as nações, do equilíbrio de relações harmônicas no plano internacional. Esta a perspectiva dos que desejam ver a Alemanha integrada à Europa, compartilhando do esforço comum de transformar o continente e as ilhas no primeiro pólo industrial do mundo, com a construção de uma democracia estável e duradoura e a distribuição justa dos frutos do trabalho. Os que anunciam o desastre, com o advento dos monstros destruidores, a visão sombria do Apocalipse, cuidam do seu próprio negócio, uma forma habilidosa de interposição, de medida cautelar eficaz contra a elvada competitividade de um perigoso concorrente.

Tomando o testemunho da História, as razões invocadas agora conta a unificação, vontade manifestada soberanamente por um povo inteiro, parecem as mesmas que levaram, após a I Guerra, ao Tratado de Versalhes e, finalmente, por estapas sucessivas, à II Grande Guerra.

A integração da Alemanha à Europa constitui desdobramento natural do processo de unificação. A RFA é parte desta Comunidade em via de construção e fator de equilíbrio das forças econômicas nacionais associadas em nível superior de cooperação e de intercâmbio.

Quais as conseqüências de curto, médio e longo termo da unificação? Do ponto de vista germânico, partilhado pelas duas partes reunidas, na perspectiva européia e do resto do mundo, quais os fatores de sucesso e quais os fatores de insucesso da unificação?

Tomemos inicialmente alguns dados relevantes relativos às duas Alemanhas, agora unificadas. De superfície, a RFA tem 249 mil km^2 e

a RDA, 109; população: RFA, 61 milhões, RDA, 17; PNB: RFA, 1560 trilhões de dólares, a RDA, 182 bilhões; PNB por habitante: RFA, 24.000 dólares, a RDA, 10.600. A produtividade é de 60% a 40% menor na RDA em comparação com a RFA. Um operário ganha na RDA de 1/3 a 1/4 do salário pago na RFA.

Com a queda do Muro e a livre circulação entre as duas Alemanhas ocorreram de dezembro de 1989 a junho deste ano 200 mil mudanças de domicílio, e de junho a outubro, mais 100 mil orientais transferiram-se para a RFA. As pressões sobre o mercado de trabalho são, assim, evidentes, com inevitáveis repercussões sobre os fundos da seguridade social. A elevação da despesa pública por esta via, ou em decorrência dos empréstimos sucessivos concedidos ao governo da RDA e dos dispêndios com a máquina administrativa oriental (forças armadas, burocracia do Estado, aposentadorias, pensões, câmbio de moeda e sua conversão em marcos ocidentais são operações financeiras que tornam extremamente pesadas as contas da RDA. A elevação da despesa pública consiste em um dos vetores estimuladores da inflação. Cálculos do Banco Central da RFA estimam um crescimento das taxas inflacionárias na ordem de 6 a 7% ao ano a partir de 1990, com graves conseqüências que se não chegam a desorganizar a economia alemã, "despertam" alguns fatores inibidores do crescimento desejado.

Outros problemas a considerar: 200 mil cubanos estão estacionados na Alemanha do Leste; 50 mil angolanos por lá se encontram. Não são tropas de ocupação, mas estudantes, militantes em treinamento que reforçam as despesas do Estado e engordam o mercado de trabalho como matéria prima sem preço. Não têm habilidades nem qualificação. Se não retornarem às suas pátrias para a aplicação dos conhecimentos auferidos, como leva a crer que não ocorrerá, apresenta-se esta dificuldade adicional, de "converter" estas valorosas expectativas revolucionárias em força de trabalho ativa.

Em conferência pronunciada em Fortaleza, e em entrevista concedida à imprensa o sociólogo francês Pierre Broué, biógrafo celebrado de Leon Trotsky, declarou que "da forma como está ocorrendo, a reunificação (sic) volta-se contra os próprios alemães, principalmente os da parcela oriental. O que está acontecendo, insiste Broué, é a anexação do território leste pela Alemanha Ocidental. Em pouco tempo, conclui, a divisão será semelhante à da Itália atual, onde um norte rico convive com um sul pobre". A questão para Broué reside em uma certa fatalidade, isto é, no desenvolvimento de um processo de colonização interna, com a inevitável dependência das regiões que pertenceram à

República Democrática Alemã. As dificuldades são previsíveis, nenhum observador por menos atento e arguto poderia imaginar que um processo tão extenso de fusão econômica, nos quados de uma unificação política, pudesse ocorrer sem traumas ou desequilíbrios momentâneos. O desemprego virá, por excesso de demanda de trabalho, por falta de qualificação profissional, por inadequação a um regime de produção que valoriza a produtividade e a qualidade dos produtos. Fábricas fecharão, por improdutivas e obsoletas; os custos operacionais terão que ser revistos: afinal, qualquer empresa em um sistema de economia capitalista deve assegurar rendimentos estimulantes. A incorporação de 16 milhões de pessoas a uma população de 61 milhões envolve problemas de inegável amplitude. Toda uma política econômica, com suas prioridades deverá ser reformulada a curto prazo. A recuperação de enormes extensões de terra, degradadas pelo mau uso que delas se fez na RDA, impõem a destinação de recursos financeiros vultosos. As Universidades, os centros de pesquisa terão de atualizar-se, incorporando os avanços científicos e tecnológicos que não chegaram a romper o cerco preconceituoso do Muro. A escolha de professores e pesquisadores por sua aplicação ideológica e sua lealdade ao partido leva à formação de um eficiente corpo de informantes, jamais à constituição de uma densidade indispensável de competência, sem a qual a pesquisa e o magistério não passarão de atividades diletantes.

A unificação tem, de fato, um preço. E alguém deverá pagar por ele. As potencialidades alemãs, da terra e do homem, os atributos de empreendedores que fizeram dos alemães os construtores da sua própria riqueza, são a garantia da eliminação das disparidades econômicas que distinguem, agora, no início dessa festejada associação, os dois países, as duas Alemanhas, transformados na casa comum de todos os alemães. A formação de um bolsão de pobreza, um **Mezzogiorno** de modelo italiano ou um **Nordeste** brasileiro seria possível, até inelutável em um país com os elevados índices de analfabetismo, convivendo secularmente com um estado de pobreza, onde a miséria das cubatas africanas convive com o luxo e o desperdício de uma elite perdulária e com o fatalismo de um povo mantido à margem das trilhas que levam à liberação do espírito e à sobrevivência do corpo. O caso do Brasil é significativo. A Itália ressuma um pouco a negligência mediterrânea, a simpática indisciplina de alma latina, o conformismo e a resignação da tradição católica, como à via Weber, em contraposição ao caráter empreendedor do protestantismo.

O sucesso da unificação alemã, da fusão das duas economias e

da integração monetária poderá influir decisivamente no ritmo de unificação da Europa em uma Comunidade transnacional. Se a inflação se eleva na RFA e a parte oriental não alcança os níveis de desenvolvimento econômico desejáveis, os adversários da integração monetária da Europa ganharão força. Seria a vitória da tese segundo a qual não se pode unir espaços economicamente heterogêneos, à qual parece simpático Pierre Broué. A noção de espaços "economicamente heterogêneos" impõe que se meça a amplitude desta heterogeneidade e que se indague se ela pode ser analisada desprezando fatores concorrentes e indissociáveis como as relações sociais e políticas.

As "revoluções" de 1989 foram várias. A unificação alemã está no desaguadouro dos movimentos de liberação do Leste. Ela veio como conseqüência imediata do levantamento das fronteiras entre a Hungria e a Tchecoslováquia e a Áustria, da abertura do Muro que dividia os alemães, do sopro de autonomia que varreu as repúblicas socialistas soviéticas. A dissolução dos elos criados pelo Pacto de Varsóvia, com a queda das ditaduras socialistas que se haviam implantado há 45 anos em todo o Leste da Europa, estão na origem do fim de uma ordem injusta e nos começos de uma imensa desordem que envolve grandes riscos. Os novos governos desses países, saídos de eleições livres, com a rejeição do princípio totalitário do partido único, defrontam-se com uma situação econômica deplorável, suportada até então pela população graças à ação repressiva das ditaduras geradas na era staliniana e sustentadas pela União Soviética, através do Pacto de Varsóvia. A "Comunidade Européia", uma "Casa Comum", como diria Gorbatchev, representa para as nações do Leste a esperança de uma Europa unida e o caminho seguro para integração das suas frágeis economias no grande mercado que se abrirá a partir da 1992. Essa experiência traz promessas e riscos. O grande mercado poderá agravar a situação desses países. Suas economias empobrecidas e obsoletas, quanto aos meios de produção empregados, terão reduzidas possibilidades de competitividade durante algum tempo. Há riscos ameaçadores de que venham a ocorrer as mesmas conseqüências do "livre comércio" do início do século XIX, que determinaram uma enorme expansão da produção e um incontrolável crescimento das injustiças sociais – cadinho de onde nasceu precisamente o marxismo revolucionário, matriz do pensamento e da ação que até há pouco inspiraram todo o Leste europeu, e para além dos Urais.

Situada no centro da Europa, com uma economia forte, tendo a

sua moeda como valor de referência em relação ao dólar, a Alemanha deverá desempenhar papel preponderante do ponto de vista da cooperação e das relações econômicas, comerciais, culturais e sobretudo científicas e tecnológicas com todo o Leste europeu, inclusive com as repúblicas soviéticas. Será, de algum modo, a materialização da **"Mitteleuropa"**, a **"Europa do Meio"**, imaginada pelos germanistas do século XIX. Detentora dos capitais, dos conhecimentos científicos e tecnológicos que a situam no plano das nações desenvolvidas (a Alemanha é a terceira nação industrial do planeta), poderá assumir, em pouco tempo, posição hegemônica na Europa central, tornando-se, em conseqüência, impedimento ou fator de viabilização da "Comunidade Européia" e da consolidação de um grande e insuperável mercado de 500 milhões de almas, com as mais altas taxas de crescimento e os mais elevados índices de riquezas de todo o mundo.

O êxito da unificação alemã com a redução dos efeitos previsíveis dessa associação de parceiros e irmãos, poderá influenciar decisivamente os próximos passos da Europa que já foi dos 12 e que haverá de terminar sendo dos 30, a Europa da Europa. As restrições que, porventura, venham a inibir a entrada das nações do Leste como comanditárias dessa promissora Comunidade, terão por conseqüência o fortalecimento da Alemanha na intermediação com os seus vizinhos e a consolidação inevitável dessa **"Mitteleuropa"** tão ao gosto do espírito germânico.

Madison concebia os Estados Unidos como nação, lá pelos anos longínquos de 1787, como fruto da organização de um grande mercado integrado, extendendo-se a um vasto território, com um Estado central forte, porém limitado ao necessário para assegurar a liberdade do comércio interior e a defesa externa. A Constituição de Madison realizou esse objetivo. O modelo contempla a autonomia e a independência, com uma autoridade central limitada. A proposta de Madison, inspirada em uma realidade política e econômica de 1787 apresenta extraordinárias semelhanças com a unificação da Europa, a ocorrer, se bons ventos soprarem, em 1992.

A Comunidade Européia, ou, como alguns preferem, os Estados Unidos da Europa não serão a projeção dos interesses da França, aliada às pequenas nações européias. Para transformar-se em uma "Casa Comum", a Alemanha e a Rússia (desfeita das suas "repúblicas") estarão em primeiro plano, na boca de cena desta enorme Comunidade.

A idéia de um super-Estado, defendida pelos centralistas vê-se rejeitada pelos partidários dos princípios constitucionais, que se opõem

à prevalência do direito "comunitário" sobre os direitos nacionais. Difícil, assim, admitir-se a figura de um super Estado unitário. A Europa dos 30 deverá refletir o desejo de adesão das nações européias a uma forma de cartel de Estados, sem um super governo, uma super administração, um super parlamento, e super leis. Prevalecerá, certamente, a visão constitucionalista que aceita a necessidade de ações em comum, como "comunidade", reconhece a existência de instituições comuns, mas opõe-se ao primado do direito ou a precedência das instituições comunitárias sobre os direitos e as instituições nacionais.

A nova Alemanha suscita a reflexão em relação à Comunidade Européia e à forma pela qual deverá aderir a ela, induz, por outro lado, algumas indagações sobre as modalidades de cooperação que se estabelecerão no Leste, entre as nações "liberadas" e a Alemanha.

Poucos meses nos separam do dia 9 de novembro, das manifestações ruidosas do povo de Berlim ao festejar a queda do Muro, estamos à pequena distância dos acontecimentos para podermos apreciá-los com isenção. A experiência está começando, pouco conhecemos dos seus desdobramentos. A memória da História é rica, os testemunhos, marcantes, de muitas transformações sequer pressentidas, os exemplos numerosos de como as circunstâncias se repetem no curso do tempo. Mas há sempre uma experiência nova que se inicia. Assistimos, no passado, a formação de muitos Estados, a desagregação de potências poderosas, a flutuação de fronteiras que pareciam eternas. Assistimos agora a transição dolorosa de formas centralizadas de economia dirigidas para economias de mercado, nos quadros de uma social democracia que perde a timidez e inicia a passos velozes um ensaio de vida, de trabalho e de uma distribuição justa dos frutos da riqueza coletiva.

A Lei Fundamental da República Federal da Alemanha, a Constituição do novo Estado germânico, diz na sua Introdução que "a norma determinante do estado social constitui fundamentalmente um princípio protetor dos economicamente mais fracos. Este princípio obriga o Estado a assegurar ao cidadão a libertação da miséria, uma existência humanamente digna e uma participação adequada ao bem-estar geral". No Preâmbulo, entre outras declarações gerais e de princípios, manifesta a Lei Fundamental que "o povo alemão no seu conjunto continua conclamando a concretização da unidade e da liberdade da Alemanha em livre autodeterminação". Promulgada em 23 de agosto de 1949, a Lei Fundamental reflete a confiança do povo em um Estado Social, na liberdade de iniciativa e na unificação da Alemanha. E, mais do que isso, reflete a confiança no futuro.